



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
BELÉM – PARÁ – BRASIL
04 a 07 de novembro de 2015
ISSN 978-85-89097-68-0**

**O ENSINO ATIVO E AS PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO DE
GEOMETRIA NA BAHIA (1924-1928)¹⁷²**

**Márcio Oliveira D’Esquivel¹⁷³
Claudinei Camargo Sant’Ana¹⁷⁴
Irani Parolin Santana¹⁷⁵**

RESUMO

É como continuidade do processo de valorização da especificidade do espaço escolar como ambiente privilegiado de instrução e formação, que nos anos 1925 na Bahia, se intenta uma ampla reforma educacional. Sob os pressupostos do ensino orientado à ação do aluno, são tomadas medidas institucionais de implantação das inovações educacionais pretendidas. Analisaremos neste artigo, as orientações metodológicas para o ensino de geometria constantes da obra Métodos Americanos de Educação, de autoria de Omer Buyse, obra essa, adotada como referência para orientação das práticas pedagógicas no estado. É também objeto de análise neste trabalho, as conferências sobre o ensino de Desenho, Geometria e Trabalhos Manuais, ministradas no curso de férias, cursos destinados à atualização dos professores primários no estado. Como fontes, além da obra de Buyse e dos anais dos referidos cursos de férias, toma-se a legislação e os relatórios emitidos no período. Assumem-se, como pressupostos teórico-metodológicos para análise das fontes, os estudos de Chartier (1990), desse autor nos interessa a compreensão das ações institucionais como estratégias e táticas, com as quais, se pretende dar sentido aos discursos oficiais. Os resultados apontam para o fato de que, às práticas de ensino existentes, são incorporadas as inovações educacionais pretendidas, sem necessariamente promover uma ruptura com o antigo sistema.

Palavras-chave: Ensino Ativo, Geometria, Bahia.

¹⁷² Trabalho compõem as pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Educação Matemática – GEEM, vinculadas ao projeto A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A aritmética, a Geometria e o Desenho e Geometria no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890 – 1970.

¹⁷³ Docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência – UNIFESP. E-mail: marciodesquivel@yahoo.com.br

¹⁷⁴ Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB E-mail: claudinei@ccsantana.com

¹⁷⁵ Doutorando do programa de Pós-graduação em Educação Matemática da Universidade Bandeirantes – UNIBAN. E-mail: irani@ccsantana

INTRODUÇÃO

Na virada do século XIX, as reformas educacionais no país começam a incorporar aos textos oficiais os discursos pedagógicos de compreensão da primazia do aluno e do seu aprendizado sobre o ensino estritamente instrucional. Essa “descoberta do aluno” se instaura no contexto de valorização do espaço escolar como lugar por excelência de formação. De eficácia questionada no início do século, é no final do século XIX que as escolas irão atingir sua significação maior até então, personificada pelo modelo Grupos Escolares. Se, por um lado, a instalação dos Grupos Escolares se deu de maneira difusa pelo país, por outro, atribui-se a este modelo de organização escolar, as especificidades que definiram características de funcionamento do espaço da escola até os dias atuais, quais sejam: organização gradual do ensino, estabelecimento de horários e disciplinas, adoção de aparatos pedagógicos e formulários diversos, definição de equivalência do calendário escolar ao calendário civil, dentre outras inovações. Na Bahia, os Grupos Escolares, figuram pela primeira vez no corpo das leis, na legislação republicana de 1895. Sua implementação no estado, no entanto, será modesta.

Acompanham as mudanças de concepção do espaço escolar a crescente complexificação dos programas curriculares, e como consequência, os currículos começam a se organizar por níveis de ensino. É nesse contexto de mudanças, que a partir da década 1920 ganha corpo o movimento pedagógico, cujas diretrizes apostam no desenvolvimento das capacidades cognitivas infantis a partir da premissa do “ensino pela ação”. Esse movimento, posteriormente conhecido como “escolanovismo” ou movimento da “Escola Nova”, intenciona uma renovação da educação do país. São princípios básicos desse novo pensamento pedagógico, os conceitos de “necessidade” e “interesse”, estes, por sua vez desempenhariam o papel de catalizadores do aprendizado dos alunos. Estes dois elementos, aliados a ação do aluno seriam, segundo seus defensores, capazes de promover o desenvolvimento das potencialidades do aprendiz. (MONARCHA, 2009)

Na Bahia, essas inovações educacionais marcaram indelevelmente as reformas educacionais ocorridas nas primeiras décadas republicanas. Duas legislações especificamente se constituíram referências para o período: a Lei nº 117 de 24 de agosto de 1895 e a Lei nº 1846 de 14 de agosto de 1925. Aquela instituiu os Grupos Escolares e dá organicidade aos currículos da escola primária, esta, imprime ampla reformulação a educação do estado, sob os auspícios do movimento da renovação da educação. Este

último, caracterizado pela tentativa de incorporar os princípios escolanovistas à escola de ensino primário do estado, será objeto de análise do presente trabalho. Especificamente, nos interessa discutir, de que maneira as ideias de renovação da educação que despontavam no período, foram incorporadas ao ensino de Geometria para escola primária do estado. Para tanto analisaremos as ações institucionais de implantação das inovações pedagógicas no estado, dentre elas: a distribuição do Programa de Ensino da Escola Elementar Urbana do Estado da Bahia, como guia de ensino para escola primária, a realização do Curso de Férias, destinado à atualização de professores, e a publicação e distribuição de obras de referência, com orientações metodológicas para práticas escolares dos professores.

As estratégias oficiais de implantação das inovações pedagógicas no estado da Bahia implicam apenas em uma representação das práticas escolares de ensino, antes as práticas propriamente ditas, se instalam em longo processo de significação e apropriação, recriadas, adaptadas e por vezes negadas pelo contexto escolar. (CHARTIER, 1990)

Compartilhamos aqui do pensamento de Valdamarin (2010) de que inovações pedagógicas adquirem legitimidade e validade por meio de uma intrincada trama de relações práticas e conceituais. Para Valdamarin,

Essa abordagem permite descortinar, além das relações entre práticas pedagógicas e as concepções doutrinárias, outras relações presentes na cultura em geral e na cultura escolar. Por meio delas pode se perceber que a cultura não opera apenas pela incorporação ou pela recusa do novo, mas também pela combinação complexa entre práticas emergentes e residuais, estabelecidas entre inúmeras possibilidades. (VALDEMARIN, 2010, p.12)

A complexa rede de fatores que permeiam a instauração de inovações pedagógicas, nos alerta para o fato de que, não se é possível acessar o passado das práticas pedagógicas, a não ser por aproximações sucessivas. Não se pretende, assim, com as análises aqui produzidas, se estabelecer a “verdade” sobre a repercussão das inovações pedagógicas propostas na Bahia dos anos 1925, antes, tais análises podem auxiliar na compreensão da dinâmica das transformações ocorridas. E nesse sentido que, pretende-se com o trabalho proposto, mais que dar respostas aos fatos, problematizá-los.

O CONTEXTO POLÍTICO-EDUCACIONAL DA BAHIA NOS ANOS 1925

A Bahia vivia em 1925 um momento de otimismo político. (MENEZES, 2001). Os ideais republicanos de desenvolvimento nacional, amparavam-se na crença na democracia e na instrução pública como instrumentos capazes de alçar o país para o progresso. É neste contexto que o então governador eleito, Francisco Marques de Góes Calmon, como forma de superação do atraso em que se encontrava o estado, aponta em seu relatório Assembleia Legislativa em 1925: “O melhor remédio que encontramos para este grande mal é, antes de tudo, a difusão da instrução [...]; ai está o alicerce das democracias”¹⁷⁶. Para assumir a gestão da instrução pública do estado, o governador convida o recém-formado advogado, Anísio Spínola Teixeira¹⁷⁷,

Foi, sobretudo, influenciado pela experiência da educação norte-americana que Anísio Teixeira tentou a renovação da educação na Bahia. Primeiro a partir do contado com a obra *Méthodes Américaines d'Éducation de Omer Buyse*¹⁷⁸ em viagem realizada a Europa em 1925. Depois motivado por essa primeira experiência, em 1927 assistirá aos cursos da *Columbia University* e visitará várias instituições educacionais americanas. Em seu retorno, publica a obra *Aspectos Americanos de Educação*. As duas obras serão distribuídas nas escolas de ensino primário pela Diretoria Geral da Instrução do Estado. Orientarão os cursos de formação dos professores e as práticas pedagógicas para escola de ensino primário no Estado.

Para o ensino de Desenho e Trabalhos Manuais, saberes considerados pilares da reforma educacional, o livro de Omer Buyse traduzido para o português sob o título: *Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica* se tornará referência oficial para o ensino na escola primária. O ensino de Geometria compõe grande parte da obra. A geometria, no entanto, não é apresentada como uma disciplina específica do currículo primário, os conhecimentos de geometria compõem, na obra de Buyse, os saberes

¹⁷⁶ Francisco Marques de Góes Calmon, Relatório a Assembleia legislativa em 1925.

¹⁷⁷ Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetitê na Bahia em 12 de julho de 1900. Estudou no Instituto São Luís na cidade em que nasceu e no Colégio Antônio Vieira em Salvador, ambas jesuíticas. Bacharel em Direito, Anísio recebe o convite do Governador Góes Calmo para assumir em 1924 a Direção da Instrução Pública do estado da Bahia, cargo que exerce até 1928. Neste período intenta uma ampla reforma na educação baiana: reorganiza sistema escolar urbano e rural, cria e regulamenta o funcionamento das escolas normais no interior do estado, institui cursos de capacitação profissional para o professorado primário. (MENEZES, 2001)

¹⁷⁸ Traduzido em 1927 por Luiz Ribeiro Senna e utilizado nas escolas primárias da Bahia com o título: *Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica*. A tradução corresponde à primeira parte do livro. Essa obra foi originalmente publicada em 1909

necessários ao desenvolvimento das atividades dos chamados “Trabalhos Manuais”. A relação com contexto cotidiano será evocada como forma de atribuir sentido e despertar o interesse do aluno.

Analisaremos aqui as proposições para o ensino de Geometria constantes da obra Omer Buyse, bem como, as abordagens dos chamados Cursos de Férias, estes, por sua vez orientados sobre os mesmos princípios da obra, cuja intensão foi atualizar professores das Escolas Normais e das escolas de ensino primário do estado, indicando-os procedimentos e métodos para o ensino, segundo as novas determinações oficiais.

O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA BAHIA

A reforma educacional em andamento na Bahia entre os anos 1924 e 1928, aposta na ação do aluno como fator desencadeador da aprendizagem. Se esta concepção para o ensino já vinha sendo uma tendência educacional desde o final do século XIX, na reforma baiana de 1925, se constitui em diretriz principal que orienta os currículos e programas, determina a escolha de manuais didáticos e publicações pedagógicas e irá inspirar a preparação e o aperfeiçoamento dos professores para a escola de ensino primário. À tendência pedagógica experimentalista de educação, que já era um dos pressupostos do método de ensino intuitivo, novos ramos do conhecimento serão agregados. Para entender as potencialidades infantis de desenvolvimento da aprendizagem, entra em cena a Psicologia, a Sociologia, a Biologia, a Estatística e até a Psicanálise. Monarcha (2009), ao analisar o movimento educacional que começa a se instaurar a partir da segunda década do século XX no país, escreve:

Com a incorporação dos conhecimentos originários da psicologia de base biológica e fisiológica e da estatística, almejava-se melhor caracterização da infância (e conseqüentemente do adulto); ao se estabelecerem as constantes do desenvolvimento, os estágios de maturação e a identificação das diferenças individuais, almejava-se renovar as técnicas de ensino, e por fim, com a incorporação da explicação sociológica, firmava-se a tese da influência da sociedade na formação dos sentimentos e da personalidade humana. Em suma, o alvo privilegiado era o estudo do comportamento humano. (MONARCHA, 2009, p. 45).

Se para pedagogia clássica preponderante no século XIX, se educa pela instrução, para o pensamento educacional emergente, é pela ação que se forma a pessoa. As noções

de “interesse” e “necessidade” assumem papel desencadeador dos processos de aprendizagem. Para seus pensadores, uma escola que não corresponde a nenhuma necessidade humana não cumpre seu papel social. É em um currículo organizado em torno dos “centros de interesses” que deve fundar a escola. Estes, por sua vez, cumpririam o papel de promover a adaptação do homem à nova ordem social que se instalara com a crescente industrialização dos países.

São inspirados nestes princípios que o governo do Estado adota a obra de Omer Buyse e a distribui para escolas e bibliotecas públicas. Esta, ainda será guia para os Cursos de Férias de formação dos professores primários. Sobre a importância da tradução da obra para escolas baianas escreve Anísio Teixeira, então Diretor de Instrução Pública, em seu relatório¹⁷⁹:

Essa obra servirá para iniciar os nossos professores nos métodos ativos de educação da América do Norte. O curso de férias, a tradução do livro de *Omer Buyse* e a constante propaganda dos trabalhos manuais e do desenho na escola virão facilitar a execução dos atuais programas, que buscam, acima de tudo, aproximar a escola da vida, para torna-la mais eficiente e mais verdadeira¹⁸⁰.

Os princípios que norteiam a obra de Buyse estão ancorados nas ideias do movimento da “educação nova”, emergente concepção educacional americana, que, por sua vez, está respaldada no pensamento do filósofo e educador John Dewey (1859-1952).¹⁸¹ Deste autor, está presente na obra de Buyse a concepção social da escola como uma instituição capaz levar “a criança a utilizar sua capacidade para fins sociais com recurso à ação moral.” (MONARCHA, 2009, p.37).

Na Bahia a reforma educacional incorpora aos discursos pedagógicos vigentes, a expressão “ensino pela ação” ou ainda “escola ativa” para indicar uma nova maneira de conceber o ensino, e conseqüentemente a aprendizagem.

¹⁷⁹ Em citações dos textos e documentos do período, as normas gramaticas foram atualizadas para facilitar a leitura.

¹⁸⁰ Relatório de instrução pública da Bahia (1925-1928). Disponível em: <http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/artigos/relatorio.html>. Acesso: 10/10/2014.

¹⁸¹ John Dewey nasce em 1859. Sua filosofia exercerá grande influência nos pensadores do movimento chamado Escola Nova no Brasil. É reconhecido como um dos fundadores da escola filosófica de Pragmatismo e representante principal do movimento da educação progressiva. Em linhas gerais os princípios que fundam o pensamento pedagógico de Dewey podem ser sintetizados na ideia de que a educação conduz ao progresso e à reforma social. O professor neste sentido assumiria o papel de servidor social cuja dignidade está em assegurar crescimento do indivíduo na sociedade. (MONARCHA, 2009).

DESENHO E TRABALHOS MANUAIS: A GEOMETRIA PRÁTICA COMO PROPOSTA DE ENSINO

A mensagem do governador do Estado da Bahia à assembleia legislativa no ano de 1925 incorpora o ideal de renovação da educação baiana tendo como modelo de excelência a experiência norte-americana. Fato que merece destaque é a referência feita em sua fala a presença do ensino de Desenho e Geometria na nova configuração da educação baiana. Assim, argumenta o governador, “para dar ao ensino primário à expressão atual de ensino são incluídos no programa curricular para escola primária o ensino de Geometria, Desenho e Trabalhos Manuais.”¹⁸² Embora, não seja esta de fato, a proposta que figura nos livros americanos adotados como referência no estado, são realmente inovadoras as iniciativas de inclusão do ensino de Geometria como conteúdo específico separado do Desenho. Iniciativa similar só encontra registro na reforma educacional da Bahia do ano de 1895. Também inovadora foi a iniciativa de publicação e distribuição às escolas públicas elementares, do Programa de Ensino da Escola Elementar Urbana do Estado da Bahia, publicado pelo Conselho Superior do Ensino. Constantemente referenciado nas conferências ministradas no Curso de Férias, nele constam indicações detalhadas dos conteúdos e modos de abordagem previstos para cada disciplina a ser ministrada no ensino primário no Estado. Não há indicações de livros e manuais didáticos para uso em sala de aula, embora a Diretoria de Ensino, como guia para dar cumprimento ao programa, adote a obra *Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica* de Omer Buyse, largamente distribuída às escolas de ensino primário.

Na obra de Buyse, o ensino geometria não figura como uma disciplina específica para a escola primária, antes seus elementos compõem planos para o ensino de Desenho e Trabalhos Manuais, tema tratado no terceiro capítulo do livro. Da mesma maneira não há referência a conteúdos, ao se definir o ensino de Desenho e de Trabalhos Manuais, mas a “ocupações”. Estas, por sua vez, estão agrupadas segundo objetivos de ensino, conforme apresentado no quadro abaixo:

¹⁸² Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon. Governador do Estado da Bahia à Assembleia Geral Legislativa em 7 de abril de 1925 - Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104678>. Acesso: 10/10/2014

QUADRO 1: Organização do ensino de Desenho e Trabalhos Manuais para escola primária

OBJETIVOS DE ENSINO	ATIVIDADES (OCUPAÇÕES)
OS SÓLIDOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção com auxílio de blocos 2. Modelagem com barro 3. Cartonagem
AS SUPERFÍCIES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dobradura do papel, recorte, colagem 2. Posição das tabletes 3. As cores e sua aplicação
AS LINHAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Posição dos bastonetes 2. Tecedura do papel 3. Bordado 4. Desenho
O PONTO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Jogo de pérolas 2. Combinações 3. Perfuração do papel

Fonte: Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica, p. 42 – Omer Buyse

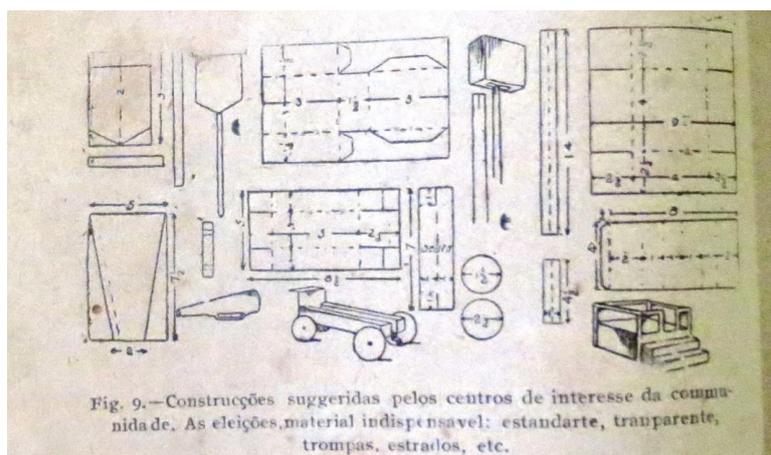
A influência das ideias de Froebel para as orientações das atividades pedagógicas americanas é assumida por Buyse. Este, no entanto, salienta que a contribuição americana amplia a aplicação de seus princípios – antes orientados apenas para a educação infantil – à educação de adolescentes.

O livro é enriquecido por relatos de experiências bem-sucedidas nas escolas americanas. “Nele, muitas fotografias punham em foco o dia-a-dia das crianças: seus corpos empenhados em múltiplas atividades, a concentração e a habilidade de seus gestos (...) os instrumentos e os materiais com que trabalhavam.” (Carvalho, 2000, p. 53).

O desenvolvimento das atividades, no entanto, não se daria de forma aleatória. Sua mola propulsora é o interesse infantil. É nesse sentido, que a organização do ensino “gravitaria” em torno de ideias fundamentais chamadas “centros de interesse”. Estes, por sua vez, encontram-se no horizonte de observação das crianças. Constituem assim, “centros de interesse”: a) a casa: ocupações, deveres, prazeres de família; b) a vida da

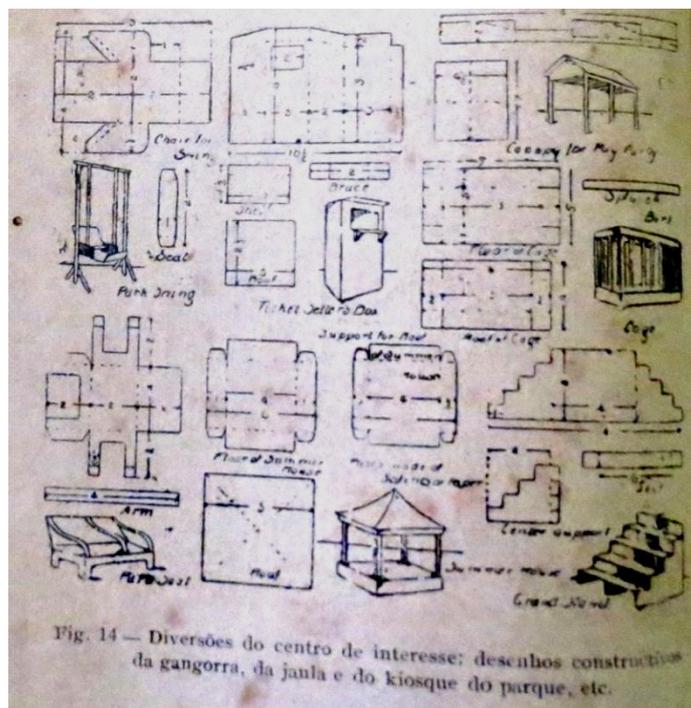
comunidade: meios de transporte, ocupação dos habitantes; a vida escolar, a língua materna, o estudo da natureza etc. (BUYSE, 1927). A concepção de ensino das disciplinas para a escola primária a partir dos chamados “centros de interesse” irá figurar em muitas propostas no Brasil na década de 1930. As Figuras 1 e 2 retiradas do livro de Buyse ilustram possibilidades de abordagem do ensino de Desenho e Trabalhos Manuais, em que a comunidade é o centro de interesse:

FIGURA 7: Ensino de Desenho e Trabalhos Manuais a partir dos centros de interesse.



Fonte: Livro Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica, p. 60 – Omer Buyse.

FIGURA 2: Ensino de Desenho e trabalhos manuais por dobraduras e recortes.



Fonte: Livro Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica, p.64 – Omer Buyse.

Para as atividades com crianças nos anos finais da escolarização primária, os elementos de Geometria serão aprendidos por meio da execução de trabalhos manuais construídos em madeira com auxílio de ferramentas, técnica que ficou conhecida na Bahia por “*sloydismo*”. Essa proposta de ensino concede aos Trabalhos Manuais, a mesma importância para o currículo da escola de ensino primário que teriam as Matemáticas, o Desenho, as Ciências Físicas etc. De tal maneira que, para Buyse (1927), como instrumento de cultura geral e integral, os Trabalhos Manuais cumpririam a missão de exercitar a atenção, a percepção exata e o raciocínio. (BUYSE, 1927).

Para a realização das atividades, além dos instrumentos comumente utilizados para a realização de desenhos, são acrescentadas ferramentas de uso geral, conforme descreve Buyse:

Compasso, régua, lápis, uma faca e um esquadro. O aluno se serve, a mais de um caderno para esboços, de um bloco de papel de lixa, para o remate das peças, e de uma tábua especial para ser colocada sobre as carteiras. (...) Como instrumentos gerais para o uso do professor, são precisos um serrote, um arco de púa, um furado, uma pedra para amolar e azeite, papel de lixa. (BUYSE, 1927, p. 109-110).

Para Carvalho (2000, p.53), o que está em jogo precisamente nos pressupostos da obra de Buyse é a “transformação sutil nas representações das práticas escolares, pois neles se configura uma nova percepção dos corpos infantis e do potencial educativo de novas modalidades de organização do tempo e do espaço escolares”. Mas, sobretudo, implícita nesta proposta está a ideia que marcará as concepções educacionais do período, qual seja: de reformar a sociedade pela reforma do homem.

As conferências ministradas no Curso de Férias na Bahia em 1925 procuraram orientar os professores primários sobre como dar cumprimento ao programa de ensino proposto, segundo essas novas orientações. A obra de Buyse deu o tom das conferências ministradas no curso de férias. Os anais dessas conferências são importantes fontes de consulta, pois eles revelam como foram recebidas e interpretadas as orientações oficiais, pelos professores primários ministrantes dos cursos. Conforme se pode esperar, a nova ordem de reforma se depara com práticas escolares para o ensino primário consolidadas, muitas das quais, em contraponto com as prescrições legais. Sob esse aspecto Valdemarin (2010) chama atenção para o fato de que sob o discurso do novo, o velho permanece justificado de outra forma e a ele são agregados novos elementos. Assim, a produção de

manuais, bem como, das ações institucionais de promoção das inovações pedagógicas “constitui-se numa atividade retórica destinada à sedução, ao convencimento e à conversão.” (VALDEMARIN, 2010, p. 132).

Observar-se-á, pelo teor das conferências ministradas nos cursos de férias, que mesmo para aqueles professores convocados a assumir o papel de formadores, as novas orientações não parecem claras. Há nesse sentido, uma clara adaptação das novas exigências a realidade educacional do estado da Bahia. Uma das primeiras constatações dessa “adaptação” se refere ao fato de que na proposta original não havia uma distinção clara entre o desenho e a geometria. Na reforma educacional baiana, no entanto, as orientações para o ensino de Desenho e Geometria figuram em momentos diferentes no curso. Cada uma a sua maneira procura aplicar ao ensino desses conhecimentos as proposições da escola ativa centrada no interesse do aluno. A análise das orientações propostas para o ensino de Geometria e Desenho, ministradas nas conferências dos Cursos de Férias, será desenvolvida no tópico seguinte.

O CURSO DE FÉRIAS E AS PROPOSTAS PARA O ENSINO DE DESENHO E GEOMETRIA

Até as duas primeiras décadas do século XX, a Bahia contava apenas com o Instituto Normal da capital para a formação de professores primários. Como muitos professores formados não se dispunham ao exercício da profissão no interior do estado, a docência no interior era exercida em grande maioria por professores leigos, isto é, sem formação profissional.

É para esta realidade educacional que a Lei nº 1846 instituiu os Cursos de Férias para professores da capital e do interior do estado. No ano de 1927, quando ocorreu o primeiro Curso de Férias, participaram apenas professores da capital; a partir de 1928 os professores do interior passaram a participar deles.¹⁸³ Serão analisadas as conferências

¹⁸³ O relatório não traz informações sobre o número de professores que participaram do Curso de Férias no ano de 1927. No ano de 1928, segundo o relatório, participaram 311 professores. No segundo ano de realização dos cursos de férias, não foram tratados temas relativos ao ensino de matemática. O conteúdo das conferências ministradas no ano de 1927 foi publicado em edição especial da Revista do Ensino que foi distribuída nas escolas primárias do estado.

relacionadas ao ensino de Geometria, Desenho e Trabalhos Manuais ministradas no Curso de Férias de 1927.

O espírito que orientou as abordagens das conferências ministradas no Curso de Férias daquele ano pode ser sintetizado na fala de abertura do Diretor de Instrução Pública do Estado:

Nosso ensino deve ser pela ação, ensino ativo, para que a escola seja educativa; para isto os exercícios escolares não devem ser mecânicos ou de simples memorização, mas vivos, experimentais, produtivos; [...] O ensino deve ser prático, concreto e preparador, tanto quanto possível de uma profissão futura para o escolar. (TEIXEIRA, 1927, p. 24).

Assim, também estes foram os pressupostos que orientaram as conferências ministradas no Curso de Férias sobre o ensino de Desenho e o ensino de Geometria para a escola primária, respectivamente, *O Ensino de Desenho na Escola Primária*, ministrada pelo professor Arthur Mendes Aguiar,¹⁸⁴ e *o Ensino de Matemática na Escola Primária*, ministrada pela professora Julia Leitão.¹⁸⁵ Ainda, tópicos de Geometria foram tratados na conferência *Trabalhos Manuais na Escola primária*, ministrada pela professora Alzira de Assis.¹⁸⁶

A conferência do professor Artur Mendes Aguiar sobre Desenho procura definir o lugar dessa disciplina na escola de ensino primário. Para ele, ensina-se Desenho na escola primária porque dele dependeriam outros ramos do saber, entre eles:

A caligrafia pelo traçado das cartas e pela representação dos acidentes naturais; a geometria teórica por dar a inteligência das figuras que devem servir às demonstrações; a geometria prática – pela representação dos sólidos das medidas de capacidade e pelo levantamento dos planos. (AGUIAR, 1927, p.39).

Para ele, o Desenho “serve-se” da Geometria para o ensino de seus elementos, mas não poderia reduzir-se ao ensino estrito de Geometria. Sobre essa “confusão”, adverte Arthur:

¹⁸⁴ Arthur Mendes de Aguiar, lente catedrático efetivo da Escola Normal da Capital, foi nomeado Diretor da Escola Normal de Feira de Santana em 1927, participante efetivo das reformas educacionais ocorridas no período.

¹⁸⁵ Julia Leitão, professora primária do Educandário Sagrado Coração de Jesus, colégio religioso baiano só para meninas, equiparado legalmente aos cursos normais. Ministra conferência sobre o ensino de aritmética e Geometria no curso de férias a convite do Diretor de Instrução Pública do Estado, Anísio Spínola Teixeira.

¹⁸⁶ Não foram encontradas referências sobre a professora Alzira de Assis.

Abro aqui um parêntese para esclarecer uma dúvida que parece muito arraigada entre muitos dos meus colegas do ensino primário: é a confusão entre o ensino do desenho e o da geometria, havendo quem entenda o termo desenho como sinônimo perfeito de geometria prática. Essa confusão precisa ser banida inteiramente da nossa mentalidade pedagógica. (AGUIAR, 1927, p.53).

Na conferência ministrada pelo professor Artur, desvincular o ensino de Desenho do programa de Geometria tem por fim estabelecer um novo campo de atuação para o Desenho: o da técnica e da estética. A expressão “Desenho Linear”, que antes designava o ensino de elementos de Geometria, deixa de figurar nos programas oficiais em 1925.

Ao não compor mais os conteúdos para o ensino do Desenho, pretende-se que a Geometria passe a ocupar lugar, juntamente com outras matérias,¹⁸⁷ no conjunto de conhecimentos necessários ao ensino primário.

No entanto, é preciso que o ensino de Geometria se adapte à nova ordem de reformas no estado. Como fazê-lo de forma que atendesse às prescrições da escola ativa postas em andamento para o ensino primário? Em sua conferência aos professores primários no curso de férias, a respeito do caráter essencialmente ativo que deve ser dado ao ensino de Geometria, esclarece a professora Julião Leitão:

Todas as matérias ensinadas na escola primária se prestam ao ensino ativo: mas se alguma delas toma lugar saliente nessa associação bem faceja do estudo e da atividade, tal lugar compete à Geometria. Ensinando-a, devemos auxiliar a representação mental do objeto que constitui o assunto da aula, pela intuição bem feita e bem compreendida, ao mesmo tempo em que estimulamos a iniciativa pessoal dos alunos, pedindo-lhes que fabriquem sólidos, desenhem planos geométricos [...]. (LEITÃO, 1927, p. 319).

É na ênfase nos Trabalhos Manuais, preconizados como eixo orientador das práticas pedagógicas para a escola de ensino primário, que se busca sentido ao ensino de Geometria. Mas é, sobretudo, a premissa de que a criança se constituiria o ponto de partida e o fim da educação que outras orientações também serão referenciadas nas conferências sobre o ensino de Geometria. Nesse sentido, a professora Júlia Leitão irá reportar a Leyssenne¹⁸⁸

¹⁸⁷ Conforme a Lei nº 1.846 de 14 de agosto de 1925 Art. 307º, compunham as matérias para a escola de ensino primário na Bahia: Língua Vernácula, Caligrafia, Aritmética, Geometria, Geografia, História do Brasil, Elementos de Ciências Físicas e Naturais, Noções de Higiene, Desenho, Trabalhos Manuais, Prendas, Cantos e Música, Educação Moral e Cívica.

¹⁸⁸ Pierre Leyssenne foi Inspetor Geral de Ensino Primário na França. Publica em 1887 artigo sobre o ensino de geometria no *Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire*. Neste artigo ele faz uma distinção entre o ensino de geometria na escola elementar e a escola primária superior. Para ele na escola elementar, o ensino de geometria deve estimular os mais jovens com “a sua atenção, sua inteligência e sua sabedoria”, mas apresentar as “vantagens imediatas”.

para justificar a indicação de orientações para o ensino de Geometria na escola primária:

Permita que eu dê a palavra a um mestre no assumpto e vos cite um pequeno trecho de um artigo de Leyssenne sobre o ensino de Geometria publicado no Dicionário de Pedagogia: tomar-se-á sólidos de madeira, de barro de papelão, se os porá nas mãos dos meninos, depois quando estes os tiverem visto bem, tocado bem, virado bem em todos os sentidos, se lhes dirá que isto é uma linha, isto um ângulo, isto um quadrado, isto é um círculo etc.” (LEITÃO, 1927, p. 320).

E prossegue sugerindo ações aos professores:

Neste ensino elementar pode-se proceder por meio de interrogações [...] Qual o comprimento desse lado? Qual a mais cumprida dessas duas linhas? Quantas vezes o comprimento é maior do que a largura? Eis aí questões as quais toda resposta é susceptível de verificação imediata; nunca, porém, lhes pergunteis que é aresta de um cubo? Que é altura de uma pirâmide? Que é a base de um cone? Que é a geratriz de um cilindro? (LEITÃO, 1927, p. 320).

Não há nas orientações dadas aos professores, rupturas com as prescrições do ensino intuitivo, discurso pedagógico referenciado nos textos da lei no final do século XIX; elas ainda continuam a ser referenciadas para prescrever práticas a serem seguidas por professores.

Também a indicação da centralidade dos Trabalhos Manuais como a “novidade” da reforma educacional do período, pelo que se pode depreender da análise da conferência ministrada sobre o assunto, não irá acrescentar muito às práticas existentes para o ensino de Geometria. A fala da professora Alzira de Assis, já no início do seu colóquio aos professores, dá indicação de que os Trabalhos Manuais eram práticas comuns às escolas da capital:

Aprender agindo, aprender trabalhando por si mesmo (...) percebe-se desde logo que muito pouco existe de novo nestas linhas. (...) Alguma coisa já se vinha fazendo com os melhores resultados no município da capital. Trabalhos em cera, em pedra lúme, em madeira em cimento, em papel argamassado (...) o que é novo é a sua extensão a toda cultura, especialmente a cultura intelectual. (ASSIS, 1927, p.365 e 367).

Sobre a utilização dos Trabalhos Manuais para o ensino de Geometria, a autora limita-se a fazer referência a sua indicação para construção de cubos, prismas, hexaedros,

Enquanto que na escola primária superior (ou escola normal primária) a geometria deve “reencontrar todos os seus direitos” e o conjunto dos enunciados são objetos de demonstrações rigorosas e metódicas. (D'ENFERT, 2014).

paralelepípedos, pirâmides. É fato, que os Trabalhos Manuais ocuparam papel importante nos currículos de formação de professores das escolas normais. Há registros em periódicos educacionais do período, de exposições das construções produzidas pelos alunos-mestres e relatos sobre o desenvolvimento dessas atividades em sala de aula, embora, especificamente para escola de ensino primária, indícios indicam que as atividades com os trabalhos manuais, foram mais modestas. Mas, contrariamente às orientações pedagógicas do livro de Buyse, eram realizadas atividades diferentes para meninos e meninas. Os Trabalhos Manuais para aqueles se destinavam à construção de modelos em madeira; a estas, dirigiam-se os trabalhos com costura, bordados etc. O ensino de Geometria não constituía o foco de ensino.

POSSIBILIDADES PARA PESQUISA

O movimento de renovação da educação que se processou na Bahia entre os anos 1924 a 1928 não representou um fato isolado. Reformas curriculares que se orientaram por ideias similares ocorreram no Ceará (1922-1923), Minas (1928-1930), Pernambuco (1933-1935), Maranhão (1935) dentre outras. (MOREIRA, 1955). O que nos aponta para a possibilidade de um estudo comparativo das propostas para o ensino de matemática constante nestas diversas reformas ocorridas no país. Ainda, representa um campo fértil de investigação, um estudo investigatório sobre a circulação da Obra de Omer Buyse no Brasil que possibilite conhecer as estratégias institucionais de promoção dessa obra, bem como, os processos de apropriação escolar de seus pressupostos. Apresenta-se como possibilidade de pesquisa, especificamente, a realização de um estudo comparativo sobre como as proposições, para o ensino de Matemática e consequentemente para o ensino de Geometria orientado para a ação do aluno, foram apropriadas pela escola de ensino primário nos estados brasileiros. Neste sentido, livros didáticos, documentos escolares, relatos orais, periódicos educacionais, bem como, outras fontes que deem conta de registrar o cotidiano da escola, constituem possibilidades de investigação.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Alzira. **Trabalhos Manuais na Escola primária**. Revista do Ensino. Bahia Anno III (número especial) – Curso de Férias, 1927.

AGUIAR, Arthur Mendes. **O ensino de desenho na escola primária**. Revista do Ensino. Bahia Anno III (número especial) – Curso de Férias, 1927.

BAHIA, Diretoria de Instrução Pública; TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Relatório da Inspeção Geral do Ensino do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/relatorio.html>. Acesso em 15 fev. 2014.

BAHIA, Diretoria de Instrução pública; TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Programa do ensino da escola elementar urbana do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/programa.html>. Acesso em 15 fev. 2014.

BUYSE, Omer. (1909). **Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica**. Tradução de Luiz Ribeiro Senna. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1927.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 1990

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **O debate sobre a identidade da cultura brasileira nos anos 20: o americanismo de Anísio**. In. SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. MARIA, Cristina Menezes. Anísio Teixeira (Org.), 1900-2000: provocações em Educação. Campinas, Ed. Autores Associados, Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. (Coleção memória da educação)

LEITÃO, Julia. **O ensino de matemática na escola primária**. Revista do Ensino. Bahia Anno III (número especial) – Curso de Férias, 1927.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de Menezes. **Anísio Teixeira, secretário de educação, ou: Por que não se democratiza a educação na Bahia?** In: Educação na Bahia- Coletânea de Textos. Coleção Memória da Educação na Bahia. Salvador: Ed. Da Uneb, 2001.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. Editora UNESP, São Paulo, 2009.

MOREIRA, J. Roberto. **Introdução ao estudo do currículo da escola primária**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. INEP, Rio de Janeiro, 1955.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Orientação Moderna do Ensino Primário**. Revista do Ensino. Bahia Anno III (número especial) – Curso de Férias, 1927.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos Métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso**. Editora Cortez, São Paulo, 2010.